

V Governo «assassina» turismo

O V Governo Constitucional, da responsabilidade da eng. Maria de Lurdes Pintasilgo, está a «assassinar» a maior e a mais produtiva indústria portuguesa, a única que pode atenuar as grandes crises económicas da balança de pagamentos – o turismo. O Conselho de Ministros recusou, efectivamente, segundo fontes da nossa confiança, um auxílio no valor de 2 milhões de contos para recuperar hotéis em fase de acabamento e cujas obras se encontram interrompidas. A completarem-se aqueles hotéis, Portugal veria, com a sua ocupação, aumentadas as suas receitas anuais de turismo em três milhões de contos (em divisas). Segundo «Tempo» soube, no Conselho de Ministros, onde o assunto foi discutido, alguns ministros esquerdistas pronunciaram-se antes a favor do «turismo de massas» (como no tempo do eng.

(Continua na pág. 21)

Governo «assassina» o Turismo

(continuação da pág. 1)

Pereira de Moura, que classificou o turismo como a prostituição dos povos).

→ Alguns ministros propuseram antes a construção de lares para a terceira idade, em vez de hotéis. Sabe-se que as soluções sociais não se encontram enquanto a economia não se desenvolver, isto é, enquanto não se produzir riqueza. Só o desenvolvimento económico acelerado permitirá resolver problemas importantes da vida dos trabalhadores portugueses.

→ Segundo «Tempo» soube, a decisão do Conselho de Ministros, recusando a sua colaboração ao plano de conclusão dos hotéis cujas obras se encontram interrompidas, pode levar à demissão do secretário de Estado do Turismo, dr. Lúcio Cunha. Este é um reputado técnico de turismo e economista, devendo-se-lhe um grande esforço na tentativa de aumentar o número de hotéis no País para assim se obter ainda maior volume de divisas por ano. Devido à sua interferência foram encontrados financiamentos para os empreendimentos turísticos Atrium-Pedras d'El Rey (Tavira) 3131 camas e 450 trabalhadores; Estalagem da Torre (Serra da Estrela) 100 camas e 65 trabalhadores; Nelson-Vilalara (Armação de Pera) 236 camas e 84 trabalhadores; Torre Toi (Torralta-Alvor) 322 camas e 75 trabalhadores; Angiopor (Alvor) 298 camas e 75 trabalhadores.

No entanto, restam por concluir os seguintes hotéis: Avis (Alvor-Algarve) 680 camas e 230 trabalhadores; São João (Funchal) 440 camas e 143 trabalhadores; Almansor (Carvoeiro-Algarve) 350 camas e 135 trabalhadores; Alfa

Lisboa) 904 camas e 358 trabalhadores; Novomuno (Porto Santo) 200 camas e 60 trabalhadores; Tank (Praia da Rocha) 400 camas e 130 trabalhadores; Torre T02 (Troia) 382 camas e 80 trabalhadores; Ciubhotel (Troia) 400 camas e 250 trabalhadores; Atlantis (Vilamoura) 858 camas e 321 trabalhadores; Copta (Praia da Falésia-Algarve) 1100 camas e 120 trabalhadores.

A proposta apresentada no Conselho de Ministros e por este recusada referia que se pedia um financiamento de 2 milhões de contos a ser reembolsado pelo Estado em prazos convenientes. No total, são cerca de 10 000 camas que estão inutilizadas para o circuito comercial português. Se construíssemos lares para a terceira idade, as verbas respectivas teriam que ser inscritas no Orçamento Geral do Estado, o que não acontece com o financiamento pedido, que seria naturalmente reembolsado pelo Estado, provocando uma forte cobrança anual de divisas estrangeiras.

Muitos destes hotéis são de 3 e 4 estrelas. Os hotéis de 5 estrelas oferecem apenas 1304 camas segundo o projecto da Secretaria de Estado.

Segundo soubemos, o dr. Lúcio Cunha poderá demitir-se do seu cargo se não for dada solução satisfatória à conclusão destas urgentes 10 000 camas, se não for resolvido rapidamente o caso do Jogo em Tróia e se não for promulgado pelo Presidente da República o diploma que reorganiza o Fundo de Turismo e já esteve em Belém, tendo regressado, não se sabe porquê, às mãos do V Governo – o Governo que quer «assassinar» a mais florescente das indústrias portuguesas.

